

Dívida dos estados: relator propõe três alterações

Parecer de Carlos Bezerra deve ser votado hoje

por Nélia Marquez
de Brasília (*)

O parecer que o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresenta hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, sobre a rolagem da dívida dos estados, incluirá três mudanças em relação ao esquema atual. Embora o limite de comprometimento da receita com o pagamento de dívidas permaneça em 11%, Carlos Bezerra quer mudar os critérios para a definição desse teto. O parecer do senador será votado ainda hoje na Comissão.

Segundo o senador, as dívidas com empreendimentos imobiliários feitas pelas companhias habitacionais dos estados deverão ser incluídas no bloco da dívida. Por outro lado, a base de receita considerada para o cálculo do limite de endividamento deverá ficar menor com a exclusão desse bolo dos recursos que os estados recebem a título de "royalties", salário-educação e convênios. Bezerra quer também transferir ao Senado a competência para autorizar as operações de Antecipação de Receita

Orçamentária (ARO) quando estas ultrapassarem o limite a ser definido pelo Banco Central.

MELHORES CONDIÇÕES

Carlos Bezerra disse que as alterações nos critérios de rolagem das dívidas foram acertados na sexta-feira, durante café da manhã que o presidente Fernando Henrique Cardoso promoveu para discutir finanças estaduais, com a participação do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e o ministro da Fazenda, Pedro Malan. No encontro, foram acertadas também condições melhores para a adesão pelos estados ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal. As três linhas de crédito oferecidas dentro do programa passam a ter prazo de carência de seis meses. Além disso, o prazo de pagamento dos empréstimos passa a ser de 36 meses, mas deverão ser liquidados até o final do mandato dos atuais governadores. Pelo voto aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) há duas semanas, as linhas

de crédito tinham prazo máximo de 24 meses.

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

Além disso, os estados serão autorizados a contratar empréstimos no exterior, embora sem aval do Tesouro Nacional. Um ponto que, segundo Carlos Bezerra, não ficou claro foi a idéia de Malan de tornar compulsório o refinanciamento dos empréstimos com ARO em 36 meses. O senador reclamou que até ontem, porém, o acordo firmado no Palácio da Alvorada não foi ainda concretizado.

(*) Editora do Invest News